

Recordar os "santos vivos": leituras e práticas devotas nas primeiras décadas do século XVII português.

Os estudos de história da espiritualidade em Portugal deparam-se, ainda hoje, mesmo depois das variadas e importantes contribuições das últimas décadas, com limitações de diferentes espécies que só muito lentamente vão sendo ultrapassadas ou que, em alguns casos, dificilmente o serão. Como em todos os ramos da história da cultura (e não só), as lacunas da informação, dos "documentos" e, em geral, das diferentes fontes históricas têm obrigado, quantas vezes, a basear hipóteses de interpretação de fenómenos históricos e culturais em ténues referências contextuais e, mesmo, em outras tantas ténues interpretações e em fragmentados dados históricos. Contudo, muitas vezes, são as ousadas, ainda que ténues, propostas de interpretação que têm permitido repensar muitos problemas culturais, abrindo pistas para se refazer - ou, pelo menos, ir refazendo - grande parte do complexo *puzzle* histórico e cultural.

Deste modo, a história da espiritualidade, ainda pouco valorizada nos estudos históricos em Portugal e bastante enfermada destes "males", tem avançado alguns passos, por um lado, com base em estudos particulares ou monográficos e, por outro, questionando muitas lacunas e dúvidas, nomeadamente as que alguns estudos clássicos (antigos ou recentes) deixaram em aberto, apesar de todos os seus méritos mais "positivos", ao levantarem - ou permitirem levantar - questões fundamentais para a percepção do que podem ter sido as "correntes do sentimento religioso" ou as práticas espirituais e devotas em Portugal na Época Moderna. Uma dessas questões, sem dúvida uma das mais importantes, é a que diz respeito às leituras e, em geral, à circulação de livros e de correntes de espiritualidade¹,

¹ Neste campo específico, não pode deixar-se de salientar as contribuições fundamentais tanto de estudos mais antigos como os de Maria de Lourdes B. PONTES, *Fr. António das Chagas, um homem e um estilo do séc. XVII*, Lisboa, 1953, de J.S. da Silva DIAS, *Correntes do sentimento religioso em Portugal (s. XVI a XVIII)*, Coimbra, 1960 e de Robert RICARD, *Études sur l'histoire morale et religieuse du Portugal*, Paris, 1970, como de estudos relativamente mais recentes, nomeadamente os de José Adriano de F. CARVALHO sobre *Gertrudes de Helfta e Espanha*, Porto, 1981, sobre as *Edições de S Boaventura em Portugal nos sécs. XVI, XVII e XVIII* in *A.J.A.*,

não só europeias, mas, mais especificamente, nacionais (ou com uma "configuração" nacional, resultante de uma contextualização social e religiosa específica). Concretamente, para o século XVII português, muito há ainda a estudar para se saber que tipo de obras de espiritualidade foi dominante², qual a importância e o(s) significado(s) das reedições das obras (antigas e "modernas"), das muitas traduções, para já não falar da formação religiosa e intelectual dos autores³, dos destinatários de tantas delas e, principalmente, do seu público. Por isso permanecem em aberto as principais questões directas e indirectamente dependentes destas incertezas, das muitas "suspeitas", de outros tantos silêncios...

O complexo estudo das leituras - que implica, naturalmente, saber (tentar saber) não só quem lia e o que se lia (ou se se lia), mas também o como, o quando e o porque se lia - das obras ou textos de espiritualidade (desde livros de oração, guias espirituais, catecismos... até às obras hagiográficas) na Época Moderna apresenta-se ainda como um terreno imenso a desbravar, especialmente se integrado e articulado tanto com outras dimensões da *partilha do espírito* como com diferentes formas do viver religioso e social que as enformam... Assim, deixando de lado (mas em aberto...) os problemas vários que coloca o estudo das bibliotecas monásticas e conventuais⁴ - bem como dos seus mais directos "consumidores", os

T. XLVII (1987) 131-159, sobre *O contexto da espiritualidade portuguesa no tempo de Fr. Bartolomeu dos Mártires*, in *Bracara Augusta*, XLII (1990) 5-35, ou sobre *Livros e Leituras de Espiritualidade Franciscanos na segunda Metade do séc. XV em Portugal e Espanha*, in *Carthaginensia*, VII (1991), 127-228; de Maria. Lucília G. PIRES, *Para uma Leitura Intertextual dos Exercícios Espirituais do Pe. Manuel Bernardes*, Lisboa, 1980 e de Maria. Idalina R. RODRIGUES, *Fray Luis de Granada y la Literatura de Espiritualidad em Portugal (1554-1632)*, Madrid, 1988, uma vez que todos eles, ainda que de diferentes modos, chamaram a atenção para a importância das edições, das leituras, das influências, de círculos de oração e de direcção de espiritual nos séculos XVI e XVII em Portugal.

² Não nos referimos apenas aos aspectos quantitativos, apesar da sua importância básica (cf. Ivo C. de SOUSA, *Algumas hipóteses de investigação quantitativa acerca da Bibliografia Cronológica da Literatura de Espiritualidade em Portugal (1501-1700)* in *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época*, vol. V, Porto, 1989, 115-138), mas também, e sobretudo, aos modos como e aos meios sociais em que mais circularam.

³ Que podem também ser os tradutores ou os impulsionadores da tradução - e estes eram muitas vezes importantes figuras eclesiásticas, especialmente membros de ordens religiosas com cargos eclesiásticos (em particular bispos e arcebispos). Falta ainda saber muito da formação e do "contexto" intelectual e espiritual de muitos autores e "tradutores" (cf. J. A. de CARVALHO, *O contexto da espiritualidade portuguesa*, art. cit.).

⁴ Um trabalho que está a ser desenvolvido, juntamente com a edição de catálogos de livrarias monásticas do Norte de Portugal, pelo Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade da

religiosos e os clérigos -, ou o de algumas poucas bibliotecas particulares, que se sabe sobre quem lia, como e quando lia - ou porque lia - as obras de espiritualidade? E, mais difícil ainda, que se pode saber, concretamente, do acesso e do interesse por parte dos leigos a essas obras? E tendo em conta os diferentes tipos de obras de espiritualidade, que se sabe, mesmo de um modo geral, do público destinatário e do público real⁵ ou das relações entre o(s) destinatário(s) e os leitores das mesmas? Que se sabe das relações dos autores - especialmente religiosos e clérigos - com círculos sociais, nomeadamente da nobreza? Ou, se preferirmos, quais os meios e contextos sociais geradores ou potenciadores da circulação e leitura das mesmas, que o mesmo é dizer também da *partilha do espírito*? Poder-se-á falar, relativamente a algumas obras - especialmente obras de devoção -, de um público preferentemente clerical ou de um público preferentemente laico? E, dentro deste, de um público preferentemente masculino ou de um público preferentemente feminino⁶? E que métodos podem ser utilizados para abordar esta última questão?

Na impossibilidade de uma resposta - melhor, de respostas - imediata(s) a todas estas perguntas, tomemos como desafio - ou como ponto de partida, ainda que parcial - a questão concreta do interesse e, logo, da *partilha* feminina das leituras e das práticas espirituais e devotas - talvez, se a distinção for pertinente, mais devotas que espirituais -, delimitando um período histórico particular, as primeiras décadas do século XVII português que revelam um impulso significativo quer na actividade editorial em geral,

U.P., na sequência do estudo já publicado por José Adriano de F. CARVALHO, *Livros e leituras de espiritualidade franciscanas*, art. cit. (nota 1).

⁵ Esta distinção, ainda que de consequências práticas algo discutíveis, parece-nos fundamental para, numa abordagem cultural, ter presente o(s) significado(s) distinto(s) da produção e da circulação/leitura das obras, uma vez que os meios (tanto sociais como materiais) e os modos de leitura de uma determinada obra podem conter significados culturais diferentes daqueles que autoriza a simples "produção" da obra por um determinado autor. Por outro lado, a maior ou menor penetração em distintas camadas sociais de certos tipos de obras - como, por exemplo, as catequéticas - pode conferir-lhes distintos significados culturais que um estudo das "leituras" e das influências religiosas ou espirituais terá de ter em conta...

⁶ Algumas facetas desta questão, para os finais do século XV e primeira metade do século XVI em Itália, foram abordadas por Gabriella ZARRI em dois artigos complementares: o primeiro, *La vita religiosa femminile tra devozione e chiostrò: testi devoti in volgare editi tra il 1475 e il 1520*, in *I Frati Minori tra '400 e '500* (Atti del XII Convegno Internazionale), Assisi, 1986, 125-168; o segundo, *Note su la diffusione e circolazione di testi devoti (1520-1550)*, in AA.VV., *Libri, Idee e Sentimenti Religiosi nel Cinquecento Italiano*, Ferrara, 1987, 131-153.

quer, mais concretamente, na edição de certas obras de espiritualidade⁷, como guias de oração ou vidas de "santos"⁸, quer ainda, como é sobejamente sabido, na ofensiva pastoral. E ao tomá-la como desafio - nas condições actuais da nossa investigação - pretendemos, sobretudo, chamar a atenção, por um lado, para alguns aspectos concretos que se prendem com a produção e circulação de obras de espiritualidade e, por outro, para algumas questões relacionadas com a direcção espiritual e as práticas devotas e que permitam ou sugiram novas e mais sólidas investigações neste campo.

*

Assim, a questão concreta que começaremos por colocar diz respeito à existência, nas primeiras décadas do século XVII português, de destinatários particulares, nomeadamente femininos - em especial da alta nobreza - de algumas obras de espiritualidade, incluindo devocionários e vidas de santos ou de religiosos com "fama de santidade". Tal questão foi-nos sugerida, concretamente, pela leitura das dedicatórias de várias dessas obras a importantes - mas algumas hoje quase desconhecidas - figuras sociais e políticas da época. E ainda que as dedicatórias das obras deste período devam ser lidas com o resguardo que exige, muitas vezes, a necessidade de protecção (política e religiosa) ou de apoio material que determinava a escolha de certas figuras para protectores das obras, só o facto de, muitas vezes, revelarem relações pessoais fortes com as mesmas - que motivavam, por exemplo, a dedicatória como um acto de gratidão - constitui, por si, um indicador importante das complexas redes que uniam elementos do clero a importantes figuras da nobreza da época, nomeadamente, como dissemos, a relevantes figuras femininas nobres.

Por sua vez, a ausência de dedicatória pode levantar outro género de questões não menos estimulantes, especialmente se enquadradas em estudos mais amplos - ainda que difíceis e de progressos lentos - do que poderíamos denominar uma sociologia da leitura na Época Moderna...

Sem pretendermos, de momento, uma análise exaustiva e comparativa das dedicatórias de todas as obras de espiritualidade (no seu

⁷ Cf. José Adriano de CARVALHO, *Gertrudes de Helfta*, esp. 282-290 e *Artes de morrer na Idade Média e no Barroco: exercício de união, exercício de anulação*, in *Revista da Faculdade de Letras*, 5ª série, nº 13-14 (1990), 157-164 e Ivo C. De SOUSA, *Algumas hipóteses*, art. cit., esp. 117-120.

⁸ Incluindo vidas de personagens cuja "fama de santidade" vinha contribuindo quer para algum culto quer para a pressão da canonização (que em grande parte dos casos portugueses ou não foi conseguida ou só o foi tardiamente...)

sentido restrito, privilegiando obras mais espirituais e devocionais e excluindo outras mais "escolásticas", como as de exegese bíblica, e até mesmo sermões, cujos destinatários (do texto escrito), quando vêm mencionados, são normalmente figuras do clero), mas tão só o levantamento de várias questões com base numa selecção prévia de algumas obras que foram dedicadas a figuras femininas, tentaremos chamar a atenção para diversos problemas e pistas que uma investigação deste tipo pode abrir.

Assim, nas primeiras décadas do século XVII - seleccionámos o período que vai de 1600 a 1640⁹ -, várias são as obras que podemos enquadrar genericamente no campo da literatura de espiritualidade que foram dedicadas a grandes senhoras, nomeadamente casadas ou viúvas, e a algumas religiosas (em especial as que o foram depois de enviuvarem):

- A *Dona Margarida Corte Real, Marquesa de Castello Rodrigo*¹⁰ dedicou o Padre João Rebelo S.J. a *História dos Milagres do Rosário*¹¹ (1602), manifestando, sobretudo, a gratidão, «em nome desta Prouincia & de toda a Companhia», pelas «muytas merces que ambos fazem a toda ella», na linha, aliás, da protecção à mesma por parte da «*Illustrissima casa dos Mascarenhas de Portugal*»¹².

- A *D. Branca da Gama*¹³ foi dedicado, pelo impressor - que afirma ser esta senhora «tanto sua [do Rosário da Virgem] deuota»-, a edição de 1614 da mesma *História dos Milagres do Rosário*¹⁴.

⁹ A escolha, que pode parecer arbitrária, destes *terminus a quo* e *ad quem* tem por base, por um lado, uma certa mudança de rumo na edição de obras de espiritualidade, especialmente de obras de carácter místico, à volta de 1600 (Cf. José Adriano de CARVALHO, *Gertrudes de Helfta*, 282-290) e, por outro, um significativo aumento de dedicatórias "políticas" depois de 1640.

¹⁰ D. Margarida Corte Real era a mulher de Cristóvão de Moura, I Marquês de Castello Rodrigo e, ao tempo, vice-rei de Portugal. Era filha de Vasco Anes Corte Real e de D. Catarina da Silva (filha esta de D. João Mascarenhas e de D. Margarida Coutinho). Cf. Jacinto L. Manso de LIMA, *Famílias de Portugal*, Lisboa, 1929, vol. VIII, 576-577.

¹¹ Esta obra - editada em Évora, por Manuel de Lira, em 1602 e com várias reedições - constitui o desenvolvimento (prometido pelo autor no prólogo ao leitor) da sua obra anterior, o *Rosario de la Sanctissima Virgen Maria Madre de Dios*, Évora, Manuel de Lira, 1600, dedicado ao provincial da Companhia, o Pe. Cristóvão de Gouveia.

¹² O autor salienta os apoios de D. Pedro Mascarenhas, tio de D. Margarida Corte Real, D. Fernão Martins Mascarenhas, Bispo do Algarve, seu primo, e D. Jerónimo Mascarenhas, seu irmão

¹³ D. Branca da Gama era mulher de D. Vasco da Gama, capitão da fortaleza de Chaul. Tendo João Rebelo falecido em 1602, as edições posteriores desta *História dos Milagres do Rosário* são da responsabilidade dos impressores. Algumas, como a de 1617 e a de 1639, não têm dedicatórias. As restantes (as que conseguimos ver) são dedicadas a figuras eclesásticas: a edição de 1610 (Lisboa, Francisco de Lyra) está dedicada, pelo impressor, ao bispo de Coimbra, D. Afonso de

- A *Dona Filipa da Madre de Deus*¹⁵ dedicou o espanhol Pedro Maldonado, O.S.A. a *Primera Parte del Consejo de los Justos* (1609)¹⁶. Apesar do autor, como afirma, não conhecer pessoalmente esta senhora, quis dedicar-lhe a obra por três motivos fundamentais: em primeiro lugar, como forma de agradecimento público pelas suas dádivas materiais ao convento da Graça de Lisboa (desde um cofre de ouro para o Santíssimo Sacramento até às muitas e variadas esmolos); em segundo lugar, como forma, ainda que indirecta, de reconhecimento ao seu tio, o arcebispo de Goa Fr. Aleixo de Meneses, e ao seu irmão Lourenço de Sousa, de quem era amigo; em terceiro lugar - e esta seria «la principal causa» -, porque, considerando «que los libros se deuen dedicar, no solo a quien los honre con su nombre, defienda con su authoridad, y ampare con su fauor, sino principalmente, a quien los verifique con su vida, y exemplo», viu em D. Filipa esse «exemplo» vivo - que «mueue mas que el consejo» - dos preceitos da sua obra.

- A D. *Luisa Coutinho, Condessa de Sabugal*;¹⁷ foram dedicadas 4 obras diferentes:

- a *Vida e morte do Padre Fr. Estevão da Purificação* (1621)¹⁸, por Fr Luis da Apresentação, O.C.;

- o *Jardim de Portugal* (1626)¹⁹ Fr. Luis dos Anjos, E.S.A., em edição póstuma, por Fr. António da Purificação, E.S.A.;

Castelo Branco; a de 1629 (Evora, Manuel Carvalho), foi dedicada, por este impressor, ao Bispo de Portalegre, D. Lopo de Sequeira Pereira.

¹⁴ Impressa em Lisboa por Jorge Rodrigues.

¹⁵ D. Filipa da Madre de Deus - no século, de Vilhena - foi a mulher de Matias de Albuquerque, 16º vice-rei da Índia (falecido nos últimos anos do século XVI ou nos primeiros do século XVII) e era monja na Esperança de Lisboa quando o autor lhe dedicou a obra. A segunda parte da dedicatória desta obra é um largo panegírico desse então já falecido Matias de Albuquerque.

¹⁶ Editada em Lisboa, por Pedro Craesbeeck.

¹⁷ De D. Luisa Coutinho, casada com o 2º conde de Sabugal, e das obras a ela dedicadas falaremos mais adiante.

¹⁸ Esta *Vida* foi editada em Lisboa, por Pedro Craesbeeck, em 1621. Anos mais tarde, em 1662, Pedro da Cruz Juzarte fez imprimir - assumindo a esperança da beatificação deste carmelita - a sua *Trasladação do Venerável Padre F. Estêvão da Purificação* e, embora a dedicasse, a título póstumo, ao Condestável D. Fr. Nuno Álvares Pereira, ofereceu-a a outra grande senhora, D. Madalena de Castro, Condessa da Torre, casada com D. João Mascarenhas, II Conde da Torre, e filha de Francisco de Sá de Meneses, III conde de Penaguião, e da Condessa D. Joana de Castro (a esta dedicou Diogo Monteiro, como veremos mais adiante, a sua *Arte de Orar* (1630)).

¹⁹ Editado em Coimbra, por Nicolau Carvalho, em 1626.

- o *Socorro das Almas do Purgatório* (1627)²⁰, por Amaro de Reboredo;

- o *Epitome da Vida Apostólica e Milagres de S. Thomas de Villa Nova... com hum tratado da Vida do V.P. Frei Luis de Montoya... e assi mais de alguns seruos de Deos...*(1629)²¹, por Fr. Duarte Pacheco O.S.A.

- A D. Brites de Lara, filha do Duque de Villa-Real.²² dedicou Fr. António do Rosado O.P. os *Tratados em louvor do santissimo Rosario e sobre o cantico da Senhora* (1622)²³. Diz tê-lo feito, em primeiro lugar, por a saber «deuotissima da Virgem nossa Senhora do Rosario, e de seus filhos, & filhas (...) os Religiosos e Religiosas da Ordem dos Pregadores» e, por outro, porque «lingoagens do Ceo só as entendera bem, & defendera melhor quem se mostra tão afeiçãoada ao Ceo, & as cousas delle, & inimiga da terra, como V. Excellencia...» que, depois da morte do marido, «se recolheo perto de vinte annos, viuendo entre Religiosas em clausura, & com tanta perfeição de vida, como se fora Religiosa professa...»

- A D. Antonia da Silva, viúva e freira mantelata da Ordem de S. Agostinho²⁴, dedicou Fr. António Freire, O.S.A., o *Thesouro Espiritual com seu Commento Theologico...*(1624)²⁵, baseado não só no «tam antigo conhecimento fundado em parentesco tão chegado» como no desejo de que ela, tendo tomado o hábito da sua Ordem, «se anime, & console com as outras Religiosas da Ordem» e «se faça hũa grande contemplativa, & não cesse no exercicio de boas obras, até o fim da vida...», servindo mesmo «de exemplo a outras donas, & senhoras deste Reino...».

²⁰ Editado em Lisboa, por Pedro Craesbeeck, em 1627.

²¹ Em Lisboa, pelo mesmo impressor.

²² D. Brites de Lara e Menezes (†1634) era, ao tempo, viúva de D. Pedro de Medicis, filho do grão-duque de Florença Cosme de Medicis e havia-se retirado para o Convento de Aveiro de religiosas dominicanas. Foi uma grande protectora dos carmelitas descalços naquela vila, como nos conta Fr. Belchior de S. ANA na *Chronica de Carmelitas Descalços*, 520 e 563-565.

²³ Obra editada no Porto, por João Rodrigues

²⁴ D. Antónia da Silva era parente deste religioso (neta de D. Violante Henriques, irmã do pai de António Freire), como ele próprio refere ao justificar a dedicatória (*Tesouro Espiritual*, 11-12). Depois de enviuvar, tomou o hábito de noviça da O.S.A em 1620 e professou em 1623 (ibid.).

²⁵ Editado em Lisboa, por António Alvares.

- A D. Ana de Lencastre²⁶ dedicou o P. Manuel da Veiga o *Tratado da vida, virtudes, e doutrina admirável de Simão Gomes...*(1625)²⁷, nele lembrando o conhecimento e o relacionamento desta senhora com o "Sapateiro santo".

- A D. Maria de Távora²⁸ dedicou Fr. Luis da Apresentação O.C. a obra *Excelencias da misericórdia e frutos da Esmola* (1625)²⁹, em primeiro lugar como «testemunho público de agradecimento» ao seu falecido marido e, em segundo lugar, como «consolação, pois vê nelle louuada hũa virtude a que os dous sempre tiuerão tanta inclinação», não querendo falar das virtudes desta senhora porque o «impede sua [dela] modestia & humildade».

- A D. Mariana de Lencastre³⁰ dedicou Luis Álvares de Andrade as *Advertências espirituais para mais agradar a Deos nosso Senhor*(1625)³¹, impressionado não tanto com a «grande deuação» desta Senhora ao «Diuinissimo Sacramento», mas com o facto de a mesma ter mandado dizer «duas mil Missas pelas almas do Purgatorio, & assi que cada dia lhe manda dizer, & tomando muitas Bulas da Santa Cruzada por ellas, & algũas vezes trezentas juntas»...

²⁶ D. Ana de Lencastre era a Comendadeira do mosteiro de Santos, o Novo. Filha de D. Luis de Lencastre, neta do Duque de Coimbra D. Jorge e, portanto, bisneta de D. João II, foi muito respeitada pelo Cardeal-Infante D. Henrique e por Filipe II (cf. A. C. de SOUSA, *História Genealógica*, XI, 121-123).

²⁷ Impresso em Lisboa, por Mateus Pinheiro. Sobre esta interessante *Vida* veja-se o estudo de José Adriano de F. CARVALHO, *Um profeta de corte na Corte: o caso (1562-1576) de Simão Gomes, o "Sapateiro Santo" (1516-1576)*, in *Espiritualidade e Corte em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, Porto, 1993, 233-260.

²⁸ D. Maria de Távora, filha de D. Isabel de Melo e de Álvaro Pires de Távora, foi casada com D. Afonso de Lencastre, Comendador mor da Ordem de Cristo, Senhor de Selir do Porto e Alcaide mór de Óbidos (cf. A. C. de SOUSA, *História Genealógica*, XI, 424-5). Quando Luis da Apresentação lhe dedicou a obra, D. Maria de Távora era viúva havia pouco tempo.

²⁹ Impressa em Lisboa, por Gerardo da Vinha.

³⁰ O autor não deixa pistas que nos permitam saber com exactidão quem era esta D. Mariana de Lencastre, mas, tendo em conta a data da obra, cremos só poder tratar-se (tendo em conta a natureza e o conteúdo da dedicatória, que não se ajusta a uma donzela ou monja) da filha de D. Francisco de Faro, IV senhor de Vimieiro, e de sua segunda mulher D. Guiomar de Castro. Foi D. Mariana casada com Luis da Silva, Alcaide mor e Governador da Relação do Porto, e morreu em 1643 (cf. SOUSA, *História Genealógica*, T. IX, 334-5 e 349).

³¹ Impresso «a sua custa» em Lisboa, por António Alvares. Luis Álvares de Andrade, o *Pintor Santo*, foi muito conhecido na sua época não só pelas suas pinturas, mas também pelo zelo nas orações e sufrágios pelas almas do Purgatório (cf. Flávio GONÇALVES, *Os painéis do Purgatório e as Origens das "alminhas" populares* in *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, nº 6 (1959), esp.96-98.

- a D. Luisa da Silva e Mendonça³² dedicou o mesmo Fr. Luis da Apresentação a *Vida de la Bienaventurada Madre Soror Maria Magdalena de Pazzi* (1626)³³, quer em sinal de gratidão pelos «benefícios» que, «no ay pocos dias», «de su mano (de vuestra merced) tengo recibido», quer para oferecer a «vida de vna santa a quien dessea y trata de veras serlo» e a «sus hijas de vuestra merced la licion que mas les combiene» - um alto *exemplo* - uma vez que «será medio efficacissimo para alcançar sus intentos de ser perfetas religiosas, y esposas de Christo (estado para que vuestra merced con tan santos, y quotidianos exercicios las cria, como yo tengo harto sabido y alcançado...»).

- A D. Leonor de Mello, Marquessa de Castello Rodrigo.³⁴ dedicou Fr. António Freire O.S.A o *Manual dos Evangelhos em versam paraphrastica* (1626), oferecendo-o em sinal de gratidão pelas mercês recebidas desta senhora e do marquês seu marido, mas realçando a «natural inclinação» de ambos «à lição de bons liuros», em especial os «espirituais».

- A D. Catarina de Meneses., mãe da Condessa de Sabugal D. Luisa Coutinho, dedicou Fr. Manuel das Chagas, O.C. o *Tratado da vida, excelencias e morte do Bemaventurado Sancto André Cursino...*(1629)³⁵, lembrando o «amor» desta ao Convento do Carmo de Lisboa e seus religiosos e o patrocínio da Capela do Santíssimo Sacramento do mesmo convento, como veremos.

- A D. Joanna de Castro, Condessa de Penaguião³⁶ dedicou o Padre Diogo Monteiro a sua *Arte de Orar* (1630)³⁷, na qual acentua, por um lado, a sua «benevolencia, & deuação» à Companhia de Jesus - na esteira dos seus antepassados - e, por outro, a sua «rara piedade», a «grande modestia, & comedimento», a «misericórdia para com os pobres», a

³² D. Luisa da Silva e Mendonça, mulher de Constantino de Sá e Noronha, era a 2ª filha de Duarte de Melo da Silva e de D. Margarida de Mendonça (descendente dos Duques do Infantado). Cf. J. L. Manso de LIMA, *Familias de Portugal*, T. 15, 453-54.

³³ Editada em Lisboa, por Pedro Craesbeeck.

³⁴ D. Leonor de Melo, nascida em 1594, era filha dos Condes de Tentugal, Nuno Alvares Pereira de Melo e D. Mariana de Castro, e era mulher de Manuel de Moura Corte Real, II Marquês de Castello Rodrigo (cf. SOUSA, *História Genealógica*, X, 131 s.).

³⁵ Editado em Lisboa, por Pedro Craesbeeck.

³⁶ D. Joana de Castro (†1634) era filha de João Gonçalves de Ataíde, VI Conde de Atouguia e foi casada com Francisco de Sá e Meneses, III Conde de Penaguião e camareiro-mor de Filipe IV.

³⁷ Editada em Coimbra, por Diogo Gomes.

«benignidade para com todos», as suas «maravilhosas virtudes», a sua «inteireza da vida, e limpeza da alma»...

- A D. Isabel da Silva³⁸ dedicou Fr. António da Natividade E.S.A. a *Silva de sufragios...para comum proveito de vivos e defuntos* (1635)³⁹, nela acentuando o seu cuidado com os pobres, e não só os vivos, mas também os defuntos, traduzido no ornamento, por esta senhora, da capela da irmandade das almas do Colégio de N. S. do Popolo em Braga.

No conjunto de todas estas (17) dedicatórias - que não cabe analisar aqui na sua totalidade, em virtude da complexidade de problemas que colocam - notemos uma presença bastante significativa: D. Luisa Coutinho, Condessa de Sabugal, a quem foram dedicadas 4 destas obras (três das quais pertencentes aos domínios da hagiografia), obras que, seguramente, constaram da sua biblioteca e terão sido leitura sua... Além disso, a *Vida...de S. André Cursino* - igualmente uma obra hagiográfica⁴⁰ - foi dedicada a sua mãe, D. Catarina de Meneses.

Começemos por situar social e cronologicamente, na medida do possível, estas grandes senhoras:

³⁸ D. Isabel da Silva era irmã do Arcebispo de Braga D. Rodrigo da Cunha

³⁹ Impresso em Braga, por Manuel Cardoso.

⁴⁰ Poderemos considerar especialmente significativo este facto de várias obras hagiográficas serem dedicadas a mulheres? Como vimos atrás, a *Vida de la Bienaventurada... Magdalena de Pazzi*, também da "autoría" de Fr. Luis da Apresentação, foi dedicada a uma senhora casada... Seria a hagiografia um domínio especialmente atractivo ou, então, considerado especialmente adequado (em oposição - que se queria *substituição* - às novelas de cavalaria e às "obras de amores") à formação moral e espiritual das mulheres que viviam no século? Independentemente da resposta - que exigirá estudos mais aprofundados e baseados em diversos tipos de fontes - convém lembrar, por um lado, o significativo crescimento, em ambiente pós-Trento, da produção hagiográfica (nomeadamente de vidas de santos e veneráveis bastante "recentes" ou de ordens religiosas reformadas ou recém formadas, quer de biografias de «varões» e mulheres «ilustres em virtude»), em especial nos finais do século XVI e ao longo do século XVII (Cf. E. de la VIRGEN DEL CARMEN, *Literatura espiritual del Barroco y de la Ilustración*, in *Historia de la Espiritualidad*, II, Barcelona, 1969, esp. 242-44; José Adrano de F. CARVALHO, *Gertrudes de Helfta*, esp. 287-90 e Maria de Lurdes C. FERNANDES, *Entre a família e a religião: a "vida" de João Cardim, (1585-1615)* in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, V (1993) 93-120) e, por outro lado, a valorização pastoral (nomeadamente através da pregação e da direcção espiritual) da utilização dessas "vidas" como meio exemplificativo e "formativo" da vida ascética e espiritual tanto de religiosos como de leigos. Talvez por isso tenha explicado Luis da Apresentação, no prólogo ao leitor da citada *Vida e Morte...*, que «quando os Santos são modernos causão especial proueito: porque tirão do mundo o engano vniversal de que se não pode já chegar aos antigos, cujos exemplos de ordinario não mouem tanto, por estarem ja remotos do conhecimento, & forão c'o tempo perdendo parte da efficacia que de si tem para abalar corações...»(s.n.).

D. Luisa Coutinho (ou Coutinha, segundo costume da época) era filha de D. João Coutinho (por alcunha o *Cavalinho*, filho de D. Bernardo Coutinho, Alcaide mór de Santarém e de sua 2ª mulher D. Joana de Meneses ou Coutinho⁴¹) e de D. Catarina de Meneses (filha de D. Manoel de Meneses e de D. Brites de Vilhena⁴²). Casou com D. Francisco de Castelo Branco, 2º Conde de Sabugal, filho de D. Duarte de Castelo Branco, 1º Conde de Sabugal, e de D. Catarina da Silva e Meneses (sendo esta filha de Bernardo Coutinho e irmã de D. João Coutinho). D. Luisa Coutinho era, portanto, *prima com irmã* de seu marido. Morreu a 31 de Janeiro de 1639⁴³.

A sua mãe cedo se relacionou com os religiosos carmelitas calçados, como o atestam em particular as referências de Fr. Luis da Apresentação na *Vida de Fr. Estêvão da Purificação*, ao falar da forte devoção a este religioso (que ficou conhecido como o *santinho*⁴⁴) por D. Catarina de Meneses e por D. Luisa Coutinho, relações que se consolidaram de modo mais concreto e significativo com a construção, concluída em 1625, da Capela do Santíssimo Sacramento no Convento do Carmo em Lisboa por ordem da mesma D. Catarina, facto lembrado e realçado de forma veemente

⁴¹ Esta 2ª mulher de D. Bernardo Coutinho era irmã da sua 1ª mulher, D. Brites de Meneses, e filha de sua prima D. Guiomar Coutinho que foi 3ª mulher de D. Pedro de Meneses, 1º Conde de Cantanhede (segundo A. C. de SOUSA, *História Genealógica*, III, 241, «foy esta huma das mayores dispensas que vio a Curia Romana naquele tempo»). Deste modo, D. João Coutinho (†1609) era neto de D. Pedro de Meneses, 1º Conde de Cantanhede, e veio a ser o herdeiro da sua casa na então *Rua da Condessa de Cantanhede* que, pelo menos a partir de 1595 e até 1639, passou a chamar-se a *Rua de D. João Coutinho* (Cf. G. de Matos SEQUEIRA, *O Carmo e a Trindade*, Lisboa, 1939, I, 262 e II, 163). Tendo D. João Coutinho falecido a 7 de Janeiro de 1609, herdou a casa sua irmã D. Catarina de Meneses e, depois, sua filha D. Luisa Coutinho (falecida a 31 de Janeiro de 1639) e, mais tarde, a neta desta, D. Joana de Vilhena que casou com o 2º Conde de Obidos, D. Vasco Mascarenhas (G. M. SEQUEIRA, *O Carmo e a Trindade*, II, 163 e 165).

⁴² Manoel de Meneses era filho de D. Jorge de Meneses, VI Senhor de Cantanhede (filho este do mesmo D. Pedro de Meneses e de sua 1ª mulher, D. Leonor de Castro), e de D. Leonor Manuel e foi Governador e camareiro-mor de D. Duarte, filho do Infante D. Duarte; D. Brites de Vilhena era filha herdeira de João de Melo da Silva e de sua mulher D. Leonor Fogaça, e era irmã de D. Maria da Silva que foi casada com Francisco de Sousa Tavares, à qual dedicou Francisco de Monzón o *Norte de Idiotas*, impresso em 1563.

⁴³ Cf. A. C. de SOUSA, *História Genealógica*, XI, Liv. XIII, 479.

⁴⁴ Ainda em vida, segundo nos conta o seu biógrafo (*Vida...*, esp. cap. XIX, 183-194), «todos os que húa vez o vião, & fallauão com elle, ou o ouuião fallar, ou o vião fazer algũa obra de virtude o julgauão logo por homem santo sem lhe ficar receyo algum que podia auer nelle fingimento...» e «por esta causa teue tão grande fama de santo, que todos altos, & baixos, o não nomeauão serião pello santo do Carmo. E outros pera significarem com húa palaura sua grande humildade juntamente, lhe chamauão o *santinho do Carmo*» (184, subl. nosso). Em 1662, Pedro da Cruz JUZARTE refere no próprio título da *Trasladação do V. P. F. Estevão* que ele era *chamado vulgarmente o santinho*.

pelo carmelita Fr. Manuel da Chagas na dedicatória do *Tratado da vida, excelencias e morte do Bemaventurado Santo. André Curcino...*: «O buscar este liuro a v. m. por madrinha, não somente he querer honrar-se com sua protecção, e emparo; mas tambem em certo modo he hum genero de gratificação ao amor, que v. m. mostra a todo este Conuento, e Religiosos delle...».⁴⁵ Lembra, nesta sequência, a «famosa Capella do Santissimo Sacramento, que neste Conuento ornou com tanto aparato, e magestade que he hoje hua das famosas cousas de nossa Lisboa»⁴⁶. Estes factos vêm largamente evocados na *Chronica dos Carmelitas da Antiga e Regular Observancia nestes Reynos de Portugal* (1745) da autoria de Fr. José Pereira de Santa Ana, que recorda como «fundou a nobilissima Capella do Santissimo Sacramento e lhe deu todo o ornato necessario Dona Catharina de Menezes, filha de D. Manoel de Menezes, e mulher de D. João Coutinho ... Era esta illustrissima Senhora especialmente devota do nosso Habito, e Bemfeitora deste Convento, cuja Igreja frequentava, exercitando nella muitas virtudes heroicas, que lhe adquirirão a boa opinião, que sempre na corte mereceo até o fim da vida. E querendo ter jazigo proprio para si, e seus descendentes dentro da mesma Igreja, pedio aos Prelados licença para o fazer no pavimento da Capella, que pretendia erigir, em desempenho da especial devoção, que professava à Sacrossanta Eucharistia...». Não só tal licença foi dada, como foi acompanhada do pedido de que fosse a capela construída «com a possível grandeza, e com a mayor perfeição, a que a Arte chegava naquelle tempo»⁴⁷.

Por outro lado, também na família do marido de D. Luisa não faltavam exemplos de alguma proximidade com os carmelitas (quer conventuais, quer descalços). No convento de Moura, na capela-mór, uma das campas foi pertença de D. Afonso de Castelo Branco, filho de

⁴⁵ Dedicatória (s. numeração)

⁴⁶ *Ibid.* Esta capela do Santissimo Sacramento do Convento do Carmo de Lisboa ficou pertença dos Condes de Palma, herdeiros dos Condes de Sabugal (D. Brites de Meneses, filha herdeira de D. Francisco de Castelo Branco e de D. Luisa Coutinho e, por isso, a 3ª condessa do Sabugal, casou pela primeira vez com D. Nuno Mascarenhas da Costa que herdara de seu irmão D. António, 1º conde de Palma, o morgado de Palma e o seu primeiro filho, D. João Mascarenhas da Costa, foi o 2º Conde de Palma).

⁴⁷ *Chronica dos carmelitas*, Lisboa, António Pedroso Galvão, 1745, 704-705. A capela ficou concluída em 1625 e da mesma nos dá uma descrição pormenorizada o autor desta *Crónica* (p. 705-706); acrescenta ainda que «A mesma Instituidora, assim que vio a obra concluída, deu logo o uso da Capella aos Irmãos do Santissimo Sacramento para exercitarem nella os seus actos de piedade em serviço de Deos, posto que sem prejuizo dos successores da sua Casa, e seus descendentes...» (706).

D. Martinho de Castello Branco e avô do marido de D. Luisa Coutinho, D. Francisco de Castelo Branco⁴⁸. O padroado desta capela foi reforçado, conforme refere Fr. José Pereira de Santa Ana na citada *Chronica dos Carmelitas da Antiga e Regular Observancia nestes Reynos de Portugal, Algarves e seus Dominios*, por seu filho D. Duarte de Castelo Branco e por D. Catarina da Silva sua mulher «por escritura, feita na mesma Villa de Moura, pelo Tabalião João Pimenta aos o do mez de Fevereiro de 1586. Os mesmos a revalidarão por Escritura... em 21 de Maio de 1603»⁴⁹. Ao tempo da redacção desta *Chronica*, o administrador deste Morgado e da Capella era um dos herdeiros (por casamento) dos condes de Sabugal e da Palma, «D. Manoel de Assiz Mascarenhas, III Conde de Obidos, Meirinho mór do Reyno, Coronel de Cavallaria, Commendador das Commendas e successor dos mais Estados de seus illustrissimos Pays»⁵⁰

Por sua vez, F. Belchior de S. Anna, na *Chronica de Carmelitas Descalços particular do Reyno de Portugal e Provincia de Sam Felippe*⁵¹, evocando a memória de D. Duarte de Castelo Branco, «verdadeiro exemplar de toda a modestia, de toda a honra, de toda a fidalguia portuguesa»⁵², refere que «Traou este senhor grande amisade com o Padre fr. Ambrosio»⁵³, & seus companheiros, como se forão filhos seus os trataua, & lhes acodia a suas necessidades, que como fez a muitos ventagem no esforço militar, assi lha fizerão poucos na cortesia, estima da virtude, zelo da piedade, & Religião Christãa. Teue boa ajuda, em fauorecernos, em sua mulher a senhora dona Isabel de Castro⁵⁴, em cujas obras se enxergou sempre a

⁴⁸ D. Afonso de Castello Branco fora do Conselho do rei D. João III e meirinho-mor do reino, filho de D. Martinho de Castelo Branco, primeiro conde de Vila Nova de Portimão. Foi casado, pela primeira vez, com D. Contança de Castro e, pela 2ª vez, com D. Isabel de Castro, filha de D. Duarte de Meneses e de D. Filipa de Castro, da qual teve, entre outros filhos, D. Duarte de Castelo Branco, meirinho mór do reino e primeiro conde de Sabugal, casado com a referida D. Catarina da Silva e Meneses (Felgueiras GAYO, *Nobiliario das Familias de Portugal*, T. IV (Braga, 1992), 227-8).

⁴⁹ *Chronica dos carmelitas*, 49.

⁵⁰ *Chronica dos carmelitas*, 49. D Manuel de Assiz Mascarenhas era filho do 2º Conde de Obidos D. Fernando Martins Mascarenhas e casou com a 4ª Condessa de Sabugal e 3ª da Palma D. Brites Mascarenhas da Costa e Castelo Branco.

⁵¹ Editada em Lisboa, por Henrique Valente de Oliveira, em 1657.

⁵² Um elogio bem mais rasgado de D. Duarte encontra-se na dedicatória a seu filho, D. Francisco de Castelo Branco, da tradução e edição da *Porta de Linguas* de Amaro de Roboredo (editada em Lisboa, por Pedro Craesbeek, 1623).

⁵³ Fr. Ambrosio Mariano de S. Bento, napolitano, veio enviado pela Ordem de Espanha para Portugal a fim de fundar o primeiro convento de carmelitas descalços (*Chronica de Carmelitas descalços*, 78 s.). Em outras passagens refere o autor desta *Chronica* que D. Duarte era «grande bemfeitor e amigo» de Fr. Ambrosio (Ibid., 83).

⁵⁴ D. Isabel de Castro foi sua mãe e não sua mulher.

piedade de seu coração, & grande deuação de sua alma»⁵⁵ Essa amizade traduziu-se, em diversas ocasiões, por apoios concretos, como o que manifestou aquando da passagem destes padres da observância para a nova (ainda que passageira) casa, o Convento de S. Filipe em Lisboa, sugerindo uma «solemnissima procissão, a qual elle tomaria à sua conta, & procuraria (sem reparar em gastos) que fosse perfeita, assi na multidão das figuras, como no ornato dellas, & das Charolas, & andores em que auiaõ de ir alguns Santos...», o que Fr. Ambrosio não aceitou porque «queria apparecer no (nosso) Conuento com seus Religiosos, sem estrepito, & ruido, como nosso Saluador appareceo no portal de Belem»⁵⁶.

Também o neto de D. Duarte de Castelo Branco, D. Francisco de Castelo Branco - filho de D. João de Castelo Branco e sobrinho de D. Francisco e de D. Luisa Coutinho - parece ter continuado esta proximidade aos carmelitas, como o sugere a aquisição da capela-mor da igreja do convento de Camarate para jazigo de sua tia D. Violante Eugénia «por ella mandar em seu testamento que se lhe fizesse huma Capella, a qual dotou de boa renda, com pensão de certas Missas que os religiosos dizem por sua alma. Nella está sepultado D. João de Castellobrando, irmão do Conde de Sabugal D. Francisco e pay do dito D. Francisco que tomou esta Capella»⁵⁷.

Das relações de D. Luisa Coutinho, pelo menos à volta dos anos 20 do século XVII - porque nos anos finais desta década parece não ser muito significativa, como veremos -, com alguns religiosos carmelitas testemunha Fr. Luis da Apresentação quer pelo facto de dedicar a esta condessa a já referida *Vida e Morte do Padre Fr. Estevão da Purificação*, quer pelo modo como fala deste último religioso, «a quem V.S. & a Senhora dona Catherina de Meneses tiueraõ tanto amor, & deuação que posso dizer foy seu esmoller: & de contino desejavaõ velo, & tratao a fim de gozar de sua santa conuersação»⁵⁸.

Claro que a dedicatória, no seu conjunto, salienta várias outras facetas da vida da condessa que não só - nem sobretudo - a sua relação directa (provavelmente por influência de sua mãe...) com os religiosos carmelitas. Na verdade, os factos salientados pelo autor valorizam, claramente, outros aspectos da vida devota e espiritual desta grande senhora, aspectos esses que convirá enunciar e comentar:

⁵⁵ *Chronica de Carmelitas Descalços*, 81 (referente ao ano de 1581)

⁵⁶ *Chronica de Carmelitas Descalços*, 83.

⁵⁷ CARVALHO, *Corografia Portuguesa* (2^a), III, 429.

⁵⁸ PRESENTAÇÃO, *Vida*, 7r.

Em primeiro lugar, esta obra é apresentada como um relato de uma "vida devota"⁵⁹ que, se as circunstâncias o tivessem permitido, poderia ser, correspondendo à fama pública que já em vida tinha o *santinho*, uma "vida de santo"⁶⁰. Tal facto, e independentemente do que explana Luis da Apresentação sobre a importância e a eficácia da leitura de vidas de santos, especialmente dos "modernos"⁶¹, é bastante significativo quer pelo que pode revelar do gosto de D. Luisa por estas leituras e do crédito que ela - como sua mãe - daria(m) à própria devoção dos santos, nomeadamente dos "santos vivos"⁶², de que Purificação seria um exemplo - confirmado pelo que nos conta de um milagre do *santinho* sucedido com uma criada de sua casa⁶³ -, quer pelo que pretende delinear do retrato exemplar da mesma, recorrendo à insinuação de comparação de muitas das suas atitudes com as de Fr. Estêvão da Purificação: «Aqui achará [D. Luisa] grandes motiuis pera fomentar suas heroycas virtudes. He amiga dos pobres, & necessitados como esse hospital de quatrocentos, ou quinhentos enfermos, em que Deos a poz está pregoando? Aqui tem *exemplo*, & *companhia* em semelhante virtude. visita a miude ainda os mais asquerosos dessas enfermarias? Aqui tem hum santo que se não daua por satisfeito sem primeiro por a boca nas chagas dos mesmos enfermos. He dada a exercicios de lição, & meditação? Aqui achará quem foy nisto muy auntejado. Empregase na frequencia dos Sacramentos?

⁵⁹ Sobre esta questão, seja-nos permitido remeter novamente para o nosso artigo *Entre a Família e a Religião...*, art. cit., esp. 93-107.

⁶⁰ E a redacção desta vida parece ter tido como objectivo imediato contribuir para o processo de beatificação ou canonização, uma vez que Fr. Luis da Apresentação, começando por inserir esta *vida* no contexto de vidas de santos (prólogo *ao leitor*), salienta que «tudo quanto neste liuro digo, ou foy visto, & experimentado por mim, pois o tratey, conuersey, & ainda confessey muitos tempos, ou foy tirado dos *processos que nesta Cidade de Lisboa, Villa de Colares, & de Moura se fizeram, acerca de sua vida, morte, & milagres: & juntamente certidões de pessoas dignas de fê...*» (subl. nosso); logo no ano seguinte, em 1622, foi iniciado o processo de trasladação do corpo de Fr. Estêvão, concluído em 22 de Outubro de 1623 em Colares (Cf. Pedro da Cruz Juzarte, *Trasladação...*, cap. III, 84s.).

⁶¹ Prólogo *ao leitor* (cf. *supra*, nota 40).

⁶² De características, naturalmente, diferentes das «sante vive» estudadas por Gabriela ZARRI, *Le Sante Vive. Profezie di corte e devozione femminile tra '400 e '500*, Torino, 1990, e sobre os quais temos um estudo em preparação.

⁶³ Veja-se, no final da *Vida*, aquando da enumeração dos milagres *post mortem* de Fr. Estêvão da Purificação, o relato do milagre (o 22º) com uma criada da casa de D. Luisa: que sofria de «accidentes a que chamão epilepticos» e a quem os médicos («quatro ou cinco») não davam mais do que umas horas de vida: «Inspirou nosso Senhor a Condeça dona Luysa Coutinha sua senhora que com as disciplinas do santo se auia de achar bem, & assi lhas mandou por húa dona de casa, para que lhas possesse. Felo assi, & estando a enferma na força do acidente, entrou logo em hũ sono muy quieto, & acordou liure daquelle mal. Foy daly por diante conualecendo da fraquesa, & finalmente de todo se achou bem» (*Vida e Morte*, 359-60).

Aqui verá quem outra cousa não pregava, nem ensinava com mais efficacia que essa. He facil, & affauel pera todos os que della querem alcançar merces? Aqui se lhe offerrece hum santo que nunca soube ser de cerimonias, senão com toda a facilidade, & affabilidade acodia aos que nelle buscaão remedio...»⁶⁴.

Deste modo, nesta quase comparação com as «heroycas virtudes» de Fr. Estêvão da Purificação estão salientados vários aspectos significativos de uma vida altamente ascética e espiritual que, sem violência, podemos "ver" perfilar-se em D. Luisa, constituindo um subtil elogio..., facto tanto mais interessante quanto se trata de uma mulher casada e senhora de uma grande casa. Notemos como aquele religioso salientou, por um lado, a sua preocupação - traduzida em protecção e dedicação real e efectiva - com os pobres e doentes d' «esse hospital de quatrocentos ou quinhentos enfermos em que Deos a poz» e, por outro, a prática de «exercícios de lição e meditação» e a «frequencia dos Sacramentos», além da afabilidade para com os que a ela recorriam para «alcançar merces». Ou seja, não só apresenta estas práticas ascéticas e espirituais (ou estes «exercícios espirituais») como uma realidade vivida pela condessa - e não só como um modelo a seguir ou imitar -, como as compara às de um «santo» a quem tanto ela como sua mãe - à semelhança de outros contemporâneos⁶⁵ - tinham especial «amor e deuação» e ao qual desejavam «de continuo» *ver e tratar* «a fim de gozar da sua santa conuersação» - como que, assim, esperando reforçar qualitativamente as suas devoções e práticas espirituais para se tornarem mais próximas desse exemplo moral e espiritual que para elas parecia funcionar como um modelo vivo...

Por isso, aquele breve retrato dificilmente podia ser mais exemplar, não só pelo que nos diz das «virtudes» *praticadas* pela condessa, como por esse paralelo que estabelece com o religioso para quem, já por esses anos, se pedia a canonização.

Vários anos mais tarde - por 1628-29 - este gosto de D. Luisa por imitar as virtudes dos santos (e não só de *um* «santo») que aqui é sugerida - e aconselhada -, em particular a da prática da esmola, vem reafirmado na dedicatória da *Vida* - que contém várias outras *vidas* - de S. Tomás de

⁶⁴ PRESENTAÇÃO, *Vida e morte*, dedic.(subl. nosso).

⁶⁵ Fr. Luis da Apresentação refere que «devados desta [fama de santo] não só «o vinhão ver muitas pessoas de longe, & indo pellas ruas sahião de suas casas, & se punhão de joelhos diante d'elle pedindolhe a benção, & beijandolhe o habito...», mas também, "e o que mais he de espantar, grandes senhores, & fidalgos muy illustres se tirauão dos coches, & apeauão dos cauallos pera fazerem o mesmo...» (184-185).

Vilanova por Fr. Duarte Pacheco, ESA⁶⁶. Justificando este autor - que era seu primo⁶⁷ - a dedicatória da vida deste santo (e de veneráveis e religiosos agostinhos), afirma que «sendo [S. Tomás de Vilanova] insigne em todas as virtudes, na da esmola o foy tanto, que ganhou titulo, & appellido de eleemosynario: & quando não ouuera outra rezão, *esta bastaua* pera dedicar o liuro a V.S. & querer que saisse emparado, & honrado com a sombra do nome de hua senhora, que *tão amiga foy sempre desta virtude*, herdada ja de seus mayores, de cujas nobrezas, & grandezas não falo, porque a rezão de parentesco que há entre nós não faça suspeito o que disser delles»⁶⁸.

Deixa também esta dedicatória uma outra referência, ainda que pouco concretizada, à devoção desta senhora a alguns veneráveis e religiosos agostinhos e, em especial, à particular protecção desta senhora aos agostinhos da Província de Portugal: «Deu tambem o santo muitos filhos spirituais ao Ceo, como na historia relato, de que coube grande parte a esta Prouincia, & bastaua caberlhe o santo Padre frey Luis de Montoya pera V.S. ter muita rezam de aceitar este penhor, & eu nenhua pera deixar de Iho offerecer sem fazer aggrauo â mesma Prouincia, de que *V.S. sempre foy particular protectora*: cuja vida com a do senhor Conde conserue Deus por largos annos...»⁶⁹. Deste modo, pelo menos na segunda metade da década de 20 - veja-se, abaixo, a dedicatória do *Jardim de Portugal* (de 1626) -, D. Luisa estaria muito ligada aos religiosos agostinhos, em particular aos eremitas, e, aparentemente, não tanto aos carmelitas, como sua mãe.

Menos "informativas" - mas também significativas - são as dedicatórias das outras duas obras acima referidas: o *Jardim de Portugal* de Fr. Luis dos Anjos, editado postumamente⁷⁰, e o *Socorro das almas do purgatório...*(1627) de Amaro do Roboredo, preceptor dos seus dois primeiros filhos cedo falecidos⁷¹.

⁶⁶ PACHECO, *Epitome da Vida Apostolica, e Milagres de S. Thomas de Villa Nova...*, Lisboa, Pedro Cracsbeeck, 1629.

⁶⁷ Fr. Duarte Pacheco era filho de Bernardim Ribeiro Pacheco e de D. Maria de Vilhena, filha de D. Manuel de Meneses e irmã de D. Catarina de Meneses, mãe de D. Luisa Coutinho.

⁶⁸ *Epitome da vida*, dedic., s.n.

⁶⁹ Dedic. (subl. nosso).

⁷⁰ O livro estava pronto para edição quando morreu Fr. Luis dos Anjos. A responsabilidade da edição parece ter cabido a Fr. António da Purificação (segundo se infere das suas palavras) que o dedicou a D. Luisa Coutinho.

⁷¹ O primeiro foi Duarte de Castelo Branco que morreu, segundo afirma Fr. Luis da PRESENTAÇÃO na já citada *Vida e Morte do P. Fr. Estêvão da Purificação*, em 1620, e o segundo, João de Castelo Branco que também morreu novo, mas que ainda vivia em 1623 quando Amaro de Roboredo, seu preceptor, dedicou a sua tradução da *Porta de Linguas* ao 2º conde de Sabugal, D. Francisco de Castelo Branco: «Muito a proposito, Illustrissimo Senhor, se me offereço

Mas se estas dedicatórias não são tão extensas e informativas como as anteriores, nem por isso deixam - até pelos tipo de obras que apresentam - de revelar aspectos curiosos que corroboram a imagem de virtude sugerida pelas anteriores. A primeira reforça, por um lado, a sua ligação aos eremitas de S. Agostinhos e o já referido gosto por biografias devotas, já que o *Jardim de Portugal* é uma vasta antologia de pequenas (melhor, resumidas) *vidas* (num total de 195) de santas e mulheres «ilustres em virtude» que «nascirão, ou viuerão, ou estão sepultadas neste Reino, & suas conquistas», como se afirma logo no título, gosto lembrado também no corpo da dedicatória, ao dizer Fr. António que «pella materia de que trata busca este liuro em V.S. emparo e protecção...»; por outro, realça a fama de dedicação e protecção aos pobres que tinha a condessa - bastante acentuada, como se viu, nas obras anteriores -, ao estabelecer um paralelo do livro cujo autor morreu com os desamparados e orfãos, «gente que V.S. com tanta vontade sempre assiste». Mas bem mais eloquentes - ou mais elogiosas - são as palavras que se seguem: "E se neste jardim tiuerão lugar perfeições de viuos, não fora o liuro tão breue, nem consentirão os pobres, & hospitais, que elle deixasse de crescer muito dizendo ainda pouco das merces, & cuidado com que V.S. os fauorece»⁷², sugerindo, assim a justeza da inclusão do seu nome - e do seu *exemplo* - se se tratasse de uma obra diferente, que contemplasse também os exemplos vivos... Nesse caso - e lembremos o que atrás ficou dito a propósito do que insinuou Luis da Apresentação ao aproximar as suas «virtudes» das de Estêvão da Purificação -, D. Luisa quase poderia figurar como uma «santa viva»...

A dedicatória daquela segunda obra é especialmente interessante por nela referir e realçar o seu autor o pedido que lhe foi feito por D. Luisa para a elaboração da mesma: «Este he o Socorro das almas do Purgatorio que V.S. me mandou ordenar espertandome a devação dellas(...). Quisera ter acertado se bem para *satisfazer ao mandado e devação de V.S.* não menos para agradar com isto a Deus e ajudar as almas...»⁷³ Além disso, este interesse de D. Luisa pelo «socorro das almas do purgatório» - estamos perante uma obra que se debruça sobre os motivos, os meios e o valor desse

esta Porta de linguas andando muitos dias considerando per que via com mais facilidade entratria na Latina e outras o Senhor Dom João de Castelbranco dignissimo primogenito e vivo retrato de V. S.. Porque tanto que obrigado com mercês da grandeza de seu animo me encarreguei de ensinar ao minino os primeiros principios das letras para corresponder aos beneficios recebidos atentando pera discipulo de tanta dignidade procurei guarnecer o caminho para as artes liberaes...» (dedic. s.n.).

⁷² *Jardim de Portugal*, dedic. (s.n.).

⁷³ A. de ROBOREDO, *Socorro*, dedic. (subl. nosso).

socorro, sobre a importância das obras «pias e penaes», sobre a aplicação da indulgência, sobre a contrição, acompanhada de diferentes orações - parece confirmar, uma vez mais, além da natural preocupação com sua salvação, também a sua dedicação, traduzida em práticas devotas e ascéticas, aos que a morte levou ou àqueles cuja morte podia estar eminente- e não estarão entre eles muitos dos pobres e enfermos que ela gostava de tratar?

Apesar de alguns esforços, não conseguimos informações mais concretas sobre aquele «hospital de quatrocentos ou quinhentos enfermos» a que se dedicava D. Luisa..., cujo nome, apesar de ela já ser falecida, não aparece - talvez por se tratar de uma mulher casada - nos reportórios de mulheres «ilustres» em «virtude», «armas ou letras» editados posteriormente, de que é um dos mais célebres exemplos o *Portugal Illustrado pelo Sexo Feminino* (1724) de Diogo M. Ayres de Azevedo, que contém breves biografias tanto de «mulheres virtuosas», como das que «florescerão em letras» e das que «resplandecerão em Armas»⁷⁴.

Mas, na sua família, não estava só D. Luisa neste apoio aos pobres e doentes. Seu cunhado, D. João de Castelo Branco, irmão de seu marido, ficou lembrado em obras posteriores quer pela dedicação real àqueles, quer pelo que deixou escrito para minimizar as suas doenças. Daquela deixou testemunho - falando como de coisa sabida - D. António Caetano de Sousa na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nomeadamente na passagem em que fala do ferimento, aquando da guerra da Restauração, de D. Francisco de Castelo Branco, filho daquele e futuro Conde de Redondo, ao lembrar que durou a sua cura 3 anos «e tantos o perigo da vida; porém Deos pagando a universal compaixão de D. João de Castello Branco seu pay, que com igual piedade socorria a todos os necessitados, lhe assegurou a vida com aquelle remedio da esmola, de que elle foy muy observante...»⁷⁵ De uma e outra deixou memória Barbosa Machado, nas breves biografia e bibliografia incluídas na *Biblioteca Lusitana*⁷⁶.

⁷⁴ *Portugal Illustrado pelo Sexo Feminino. Noticia Historica de muytas heroínas Portuguezas que florescerão em Virtude, Letras e Armas*, Tomo I, Lisboa, Of. de Pedro Ferreira, 1734, «Prologia» (s.n.).

⁷⁵ A. C. de SOUSA, *História Genealógica*, VII, 95 (subl. nosso).

⁷⁶ B. MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, Coimbra, 1965, II, 626: «A sua casa era refugio dos pobres, aos quais curava com ardente charidade ministrandolhe os medicamentos manipulados por suas proprias mãos...» - facto especialmente confirmado com a edição do *Breve methodo curativo tocante à Cirurgia que o uzo e experiencia certa descobrio por D. João de Castellobranco...*, Lisboa, Of. Craesbeeckiana, 1655.

Deste modo, D. Luisa não estava só, se nos restringirmos à sua família mais directa, quer na *partilha do espirito* com vários religiosos e leigos do seu tempo, quer nas preocupações e práticas ascéticas que importantes obras do seu tempo aconselhavam vivamente, inclusivamente às mulheres casadas, como a prática da esmola e o apoio aos enfermos... Lembremos uma vez mais que o mesmo Fr. Luis da Apresentação dedicou a obra *Excellencias da Misericordia e Fructos da Esmolla* (1625) a outra grande senhora, facto tanto mais significativo quanto, segundo alguns autores da época, as senhoras já não davam esmola por suas mãos⁷⁷... Mas esta obra interessa-nos aqui, sobretudo, pela evocação que o autor faz, na sequência da explicação do «preceito da esmola» (cap. III) e da finalidade do «fazer as esmolos» (cap. IV) e a propósito da «quantidade» destas (cap. V), de um *exemplo vivo* (precedido e logo seguido pelo de Fr. Estêvão da Purificação) da prática frequente da esmola e devoção às almas do Purgatório: «Eu pello menos sei de hũa dona mui illustre, que hoje viue ainda que tem esta deuação. He casada, & de todo o dinheiro que lhe vem as mãos, & seu marido lhe permite para gastar no que quizer, aparta certa quantidade para missas, das almas do purgatório, & he cousa notauel quanto se vê dellas fauorecida em suas necessidades»⁷⁸. Juntando o que nos dizem os diferentes autores, nomeadamente Luis da Apresentação, da sua protecção aos pobres ao pedido de elaboração de uma obra sobre o socorro das almas do Purgatório, não será esta «dona ilustre», ainda viva e casada, conhecida deste autor, a mesma D. Luisa Coutinho?

*

Mas este rápido percurso por alguns fragmentos das «virtudes» de D. Luisa Coutinho e de alguns seus familiares permite-nos ainda chamar a atenção - e colocar algumas questões, especialmente se se alargar o âmbito desta investigação - para aspectos importantes, mas pouco explorados ainda na historiografia portuguesa, da interrelação e dos diálogos, senão da vida espiritual (num sentido restrito), pelo menos da vida devota (num sentido mais ascético) com algumas contingências da vida social e moral, concreta-

⁷⁷ Talvez por isso este autor tenha lembrado na obra (cap. III, 21v.) o dever (apoiado canonicamente) de as mulheres casadas darem esmolos e de os maridos não lho proibirem quando era «dentro dos limites da prudencia», argumentando que «do contrario se seguirá serem as tais mais escrauas de seus maridos auarentos, que molheres, & esposas...» (22r.).

⁷⁸ PRESENTAÇÃO, *Excellencias da misericordia*, 34v.

mente, na primeira metade do século XVII português. Tais aspectos prendem-se, fundamentalmente, com as formas e com os meios que configuraram as relações directas não só do clero em geral mas, principalmente, das diferentes ordens e organizações religiosas com os leigos (homens e mulheres) da época, em especial os leigos que, pelo seu lugar na pirâmide social e na vida cultural, apoiaram e ajudaram a configurar várias dimensões da vida religiosa e espiritual - nomeadamente das muitas devoções (à Virgem, ao Rosário, aos santos...) - daquele período histórico.

As dedicatórias daquelas obras devotas e de espiritualidade a D. Luisa Coutinho e a outras importantes figuras femininas (que caberá investigar e conhecer mais profundamente) das primeiras décadas do século - que deverão ser, num segundo momento, acompanhadas das dedicatórias a importantes figuras masculinas, e não só a clérigos e religiosos - autorizam, não tanto pelo facto em si como, principalmente, pelo modo e pelo tom com que as dedicam os seus autores, que se questionem com mais insistência e profundidade os problemas que se prendem não só com a direcção espiritual, mas também com as redes familiares - tão complexas na época, e que determinam, quantas vezes, muitas devoções "familiares" (que são, no plano social, também formas de solidariedades) -, com a formação cultural e com as leituras quer de religiosos e clérigos quer de leigos, especialmente da nobreza, cujo *filtro* - do *saber*, da *virtude*, do *poder* - pode ser determinante para se entender o *sucesso* ou *insucesso* tanto das correntes de espiritualidade como do sentimento religioso num determinado período histórico ou em determinadas zonas geográficas...

Claro que, como dissemos no início, sabemos muito pouco ainda, e muito pouco profundamente, não só do modo como e das razões por que se liam as obras de espiritualidade (ou como se acedia a elas, em que bibliotecas - monásticas, conventuais, eclesiásticas, privadas⁷⁹... - e em que proporção existiam), mas, sobretudo, do como se concretizava a relação directa de religiosos e clérigos com os leigos devotos, em especial a direcção de consciência, a que critérios obedeciam - ou se obedeciam a critérios espe-

⁷⁹ É pena não sabermos quase nada - embora saibamos que continha, pelo menos, quatro obras - da "biblioteca" de D. Luisa Coutinho, como se sabe hoje das interessantes bibliotecas de duas importantes senhoras espanholas quase suas contemporâneas: cf. M^a Isabel BARBETTO CARNEIRO, *La biblioteca de la VI Condesa de Lemos* e Trevor J. DADSON, *La biblioteca de una madreña de clase acomodada del siglo XVII: la doña Francisca de Paz Jofre de Loaysa (†1626)*, in *Varia Bibliographica. Homenaje a José Simón Díaz*, Kassel, 1988, respectivamente, 67-84 e 207-216.

ciais - as orientações de leitura, de práticas ascéticas, de modos ou de *artes de orar...* ou se estes exercícios resultavam mais de decisão ou opção individual do que de orientação específica. Não serão de todo retóricas, mas também não são muito precisas, as palavras de Diogo Monteiro na dedicatória a D. Joana de Castro, Condessa de Penaguião, da sua *Arte de Orar* (1630), quando, justificando a dedicatória, refere que esta «com seu raro exemplo se sabe retirar ao sancta sanctorum de seu oratorio, & nelle gasta cada dia tanto tempo na consideração dos mysterios diuinos...». Muitas oravam, algumas liam e muitas ouviam ler ou pregar... E não só as grandes figuras que a história consagrou - rainhas, princesas, religiosas, grandes senhoras -, mas talvez também muitas outras que foram ficando esquecidas e que convém lembrar, para que a história da espiritualidade não fique distorcida, uma vez que esta não pode «somente ocupar-se dos homens e das "santas Teresas"...»⁸⁰

Claro que também faltam muitos dados sobre a procura da direcção espiritual por parte, concretamente, de muitas mulheres casadas e viúvas - o caso das religiosas era, como é bem sabido, diferente -, mas a existência de algumas - ainda que muito poucas - cartas de religiosos dirigidas àquelas - lembremos, como exemplo "maior", algumas das cartas de S. Juan de Avila e de Fr. Luis de Granada⁸¹ e, como exemplo "menor" - que o mesmo é dizer também, menos conhecido -, mas não menos significativo, as que escreveram Fr. António da Conceição⁸², Fr. Estêvão da Purificação⁸³ ou o P. João Cardim⁸⁴ poderá, depois de um estudo exaustivo e culturalmente contextualizado, indicar alguns vectores interessantes da direcção de consciência e orientação da vida espiritual nos séculos XVI e XVII...

O caso concreto de D. Luisa Coutinho serve, sobretudo, para

⁸⁰ J. A. de CARVALHO, *Gertrudes de Helfta*, 484.

⁸¹ E lembremos também que Fr. Luis de Granada foi autor de algumas breves "biografias devotas" de ilustres senhoras "portuguesas" do seu tempo, como se pode ver na *Vida de la muy ilustre señora Doña Elvira de Mendoza..* e na *Vida de una devota mujer por nombre Melicia Hernandez, natural de la villa de Castelo Branco, ama que fué de la señora Doña Cecilia de Meneses...* (in Justo CUERVO (ed.), *Obras de Fr. Luis de Granada*, Tomo XIV, Madrid, 1906, 411-434.

⁸² Incluídas na 2ª Parte da obra de Fr. Luis da PRESENTAÇÃO, *Extracto dos processos que se tirarão por ordem dos Illustrissimos Ordinarios na forma do direito sobre a vida e morte do V.P. Antonio da Conceição...*, Lisboa, António alvares, 1647, 90-115.

⁸³ Cartas ou extractos de cartas (sem indicação do nome do destinatário) disseminados ao longo da edição da sua *Vida e morte...* e depois recolhidas por Pedro da Cruz JUZARTE no final da *Trasladação do Venerável Padre F. Estêvão da Purificação...*, Lisboa, 1662, 146-240.

⁸⁴ Incluídas no final da sua biografia, por Sebastião de ABREU, *Vida e Virtudes do Admirável João Cardim, da Companhia de Jesus*, Évora, Of. da Universidade, 1659.

mostrar - ou, pelo menos, para sugerir - o quanto a história da espiritualidade, no seu sentido amplo, passa tanto pelo estudo das ordens e congregações religiosas (e, se ou quando possível, das suas bibliotecas), dos seus autores e das suas grandes obras, como pelo estudo concreto de pessoas, de "pequenas" obras, incluindo as esquecidas, de grupos, de redes familiares - lembremos só as ligações dos Ataídes com os jesuítas⁸⁵ -, enfim, das variadas ou particulares devoções que são, muitas vezes, sobretudo no século XVII, o meio mais eficaz para a *partilha do espírito*.

Maria de Lurdes Correia Fernandes

Summary: *The background of this article is the problem of the reading of works on spirituality in the 17th Century Portugal, with special reference to the importance of their dedications. Using a selection of works published between 1600 and 1640 and dedicated to prominent women of the times, several issues are discussed concerning both the orientations of reading and spiritual practices - often relying on models embodied in "living saints" - and the relationships, sometimes based on family ties, of authors and several religious orders with influential families - or, more specifically, with prominent women of these families.*

⁸⁵ Não será por acaso que a dedicatória da *Arte de Orar*(1630) de Diogo Monteciro a D. Joana de Castro visa um agradecimento mais largo aos antepassados desta...

